



A MASSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS EM OPOSIÇÃO ÀS TENDÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

**Ana Letícia PINTO RAULINO(1); Beatriz FIGUEIREDO CAMPOS DA NÓBREGA(2);
Pollyana CIBELE PEREIRA COSTA(3)**

(1) Comércio Exterior – CEFET-RN. Largo interventor Ubaldo Bezerra, 1922 Candelária, Natal/RN, (084) 32317924, E-MAIL: analeticia7@hotmail.com

(2) Comércio Exterior – CEFET-RN EMAIL: beatriznobreg@hotmail.com

(3) Comércio Exterior – CEFET-RN E-mail: pollyanacosta88@hotmail.com

RESUMO

A preocupação com a qualidade ambiental vem crescendo com a evolução da sociedade. Paulatinamente, à medida que os problemas se tornam cruciais e exigem soluções, esse panorama se destaca dada a importância do comprometimento com o propósito firme de se criar condições propícias à qualidade de vida, preservando o meio ambiente em prol das gerações futuras e criando soluções adequadas, não predatórias, voltadas à conservação e ao controle dos recursos naturais - os quais se apresentam como fonte primária da economia e do controle do meio, sendo resultante de modificações físicas, químicas e biológicas. Essa fonte, que se projeta em novos recursos e demandas criadas mediante a sofisticação dos padrões de cultura e consumo adquiridos, ao mesmo tempo em que fomenta o crescimento econômico, gera a necessidade de implementação de mecanismos de controle à própria ação predatória humana. Assim, o alastramento global dos problemas ambientais deu ensejo ao incremento de legislações ambientais elaboradas pela comunidade internacional a fim de se discutir acerca dos recursos ambientais, com valor majorado à prevenção da escassez. Sob esse foco, o trabalho em questão tem por objetivo, através de uma pesquisa exploratório-descritiva, baseada em dados bibliográficos, analisar o panorama internacional diante da dubiedade do impasse entre o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Economia, Meio Ambiente, Recursos Naturais, Legislação Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Meio ambiente: elemento propulsor e, portanto, essencial ao desempenho de uma sociedade que se queira bem-sucedida. Sua influência sobre o desenvolvimento de uma nação é, de fato, indiscutível. O uso de seus recursos é capaz de fornecer energia, matérias-primas e, assim, de impulsionar a atividade econômica. Contudo, mesmo ciente de tantos benefícios viabilizados pelo patrimônio ambiental, o homem mantém um trato irracional para com o aproveitamento dos recursos deste.

Com a aceleração e aquecimento da atividade industrial no século XIX, intensificaram-se os efeitos da ação antrópica sobre o meio-ambiente. Este passou a ser cada vez mais explorado, visto que a demanda por recursos naturais tornou-se crescente. A relação meio-ambiente e economia, que já há muito se delineava, transformava-se, então, numa inerência, numa desvinculável e intrínseca parceria sem a qual o progresso econômico pereceria.

Como consequência desse aumento na utilização dos recursos naturais, exacerbaram-se os danos provocados no meio ambiente. As seqüelas são nefastas: aquecimento global, chuva ácida e rarefação da camada de ozônio são apenas algumas delas. Com isso, a sobrevivência saudável e duradoura da vida humana na Terra tem sido posta em risco.

De fato, a mentalidade capitalista tem feito com que o lucro seja privilegiado em detrimento de um adequado equilíbrio ecológico profícuo e, por conseguinte, da sustentabilidade e longevidade da espécie humana no planeta. A convergência entre esses elementos, ou seja, entre economia promissora e ambiente explorado de forma consciente e responsável, depende de uma política de desenvolvimento sustentável.

Eis, então, a razão de ser do presente trabalho: analisar a vinculação entre esses fatores, ao mesmo tempo em que se busca a causa e efeitos da influencia das práticas mercantis por sobre a natureza. Por fim, avaliar-se-á, ainda, as medidas normativas internacionais que vêm sendo adotadas na tentativa de se minimizar degradações ambientais já causadas, bem como evitar outras potencialmente supervenientes.

2 MEIO AMBIENTE E ECONOMIA: UMA RELAÇÃO RECÍPROCA

“O antídoto para má religião é boa ciência. O antídoto para astrologia é o método científico, o antídoto para o criacionismo ingênuo é a biologia evolucionária, e o antídoto para o ambientalismo ingênuo é a economia”. [Steven Landsburg, 1993 p.224]

Já houve um tempo em que a aparente abundância duradoura dos recursos naturais relegou a segundo plano, em termos econômicos, a preocupação com um trato racional e sustentável das matérias-primas. Afinal, a economia é tida como “ciência da escassez” (ROSSETTI, 1991), de forma que se volta preponderantemente à conciliação entre desejos e necessidades humanos infinitos e recursos produtivos que se demonstrem limitados.

O advento da Revolução Industrial, contudo, tornou penosa a situação: diferentemente do que se pensava, comprovou-se a insuficiência dos recursos ambientais para fins das demandas resultantes das atividades econômicas. Assim, o relativo descaso antes vivenciado com relação à questão ambiental tornou-se inconcebível.

De fato, nos últimos quarenta anos, a intensificação da produção industrial bem como agrícola foi exigindo, contínua e crescentemente, um uso cada vez maior dos produtos naturais. Comprovando-se, assim, que, efetivamente, há uma relação recíproca entre a economia e o meio ambiente: aquela afeta este da mesma forma que o inverso também se faz verdadeiro.

Mas como, em termos práticos, pode-se verificar tal interdependência? Exemplificativamente, tem-se a proporcional vinculação entre o aumento dos juros e o da extração de recursos naturais – fenômeno explicado pelo fato de os investidores preferirem garantir que, ao transformarem antecipadamente esses recursos em moeda, estes lhes proporcionem futuros rendimentos das elevadas taxas. Os investimentos externos também influem sobre o meio ambiente: feitos, majoritariamente, no sentido de comprar novas empresas e expandir a capacidade produtiva de outras já instaladas, eles demandam, inevitavelmente, a exploração de recursos naturais. O comércio internacional também se revela como outra forma pela qual o meio ambiente é atingido, dada a poluição que causa notadamente com o transporte de mercadorias realizado entre as nações.

A economia deve, portanto, pautar-se sob os princípios da preservação ambiental, a fim de que se possa garantir a conservação do meio ambiente, não só para as gerações presentes como também para as que ainda estão por vir. No entanto, o atual desempenho econômico vem refletindo uma realidade nefasta e nos fornecendo uma previsão assustadora: caso a utilização dos recursos naturais continue sendo feita de forma não racional, a continuidade de seu uso conduzir-los-á à exaustão¹.

O aumento da produção, no entanto, não se restringe a afetar a finitude desses recursos. Danos ambientais dos mais diversos vêm sendo causados em decorrência de práticas econômicas. Chuva ácida, inversão térmica, fog, poluição da água, degelo das calotas polares efeito estufa e rarefação da camada de ozônio são apenas alguns dos impactos causados por um sistema econômico que, infelizmente, demonstra-se, em grande parte, destituído de medidas de responsabilidade ambiental.

O meio ambiente é fonte de matérias primas e energia, além de servir como depósito para os rejeitos das atividades produtivas. Inegavelmente, contribui ele significativamente para o bem-estar da população. Logo, não se pode permitir que o futuro da humanidade seja ameaçado por uma corrida capitalista que se preocupa em demasia com o lucro, deixando à revelia a qualidade de vida do homem, não se considerando “valores éticos, de justiça social e solidariedade”². Para tanto, torna-se necessário pôr em prática meios capazes de promover um crescimento econômico que se coadune com um desenvolvimento efetivamente sustentável. Mas como fazê-lo?

Para agregar sustentabilidade à atividade econômica, várias medidas podem ser tomadas. Substituição de fontes energéticas poluentes por outras, como a eólica e a solar; reciclagem; redução da poluição e da deterioração das matas e do solo, empregando métodos e técnicas não poluentes; tratamento de efluentes e dejetos industriais; controle e adoção de normas de proteção ambiental e de tecnologias limpas; recuperação, em áreas já degradadas, do solo, implantando-se sistemas de compostagem e tratamento de lixo; ações em torno da drenagem das águas das chuvas; maior atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs); bem como uma efetiva educação ambiental disseminada no meio social, a fim de se promover um consumo sustentável, fazendo-se, todas, formas pelas quais maléficos efeitos podem ser suprimidos ou, ao menos, minorados. Sendo, destarte, indispensáveis, para um futuro que se queira promissor, seja em termos econômicos, seja em se tratando da própria humanidade.

¹ “The earth's natural resources are finite, which means that if we use them continuously, we will eventually exhaust them.” Natural Resources, by William J. Baumol e Sue Anne Blackman. Disponível em: www.ecolib.org/library/Enc/NaturalResources.html

² “Ela [educação ambiental] se coloca numa posição contrária ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no sistema capitalista *selvagem*, em que os valores éticos, de justiça social e solidariedade não são considerados nem a cooperação é estimulada, mas prevalecem o lucro a qualquer preço, a competição, o egoísmo e os privilégios de poucos em detrimento da maioria da população”. PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (editores). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

3 A EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES CONCERNENTES A QUALIDADE AMBIENTAL

Essa intrínseca relação entre meio-ambiente e economia vem, portanto, despertando uma preocupação ambiental que outrora pouco se verificava. A rápida expansão da atividade econômica, provocada por um modelo industrial e agrícola dependente de uma intensa mecanização e de um abundante uso de recursos naturais, vem, de fato, danificando desmesuradamente o meio-ambiente. Os ecossistemas vêm, com isso, sendo conduzidos a uma verdadeira insustentabilidade, seja no médio ou no longo prazo. Surge, então, a inegável necessidade de se harmonizar desenvolvimento econômico e qualidade do meio ambiente. Segundo L. Brown:

“A economia global atual foi formada por forças de mercado e não por princípios de ecologia. Infelizmente, ao deixar de refletir os custos totais dos bens e serviços, o mercado presta informações enganosas aos tomadores de decisões econômicas, em todos os níveis. Isso criou uma economia distorcida, fora de sincronia com os ecossistemas da Terra, uma economia que está destruindo seus sistemas naturais de suporte”.(BROWN, 2002).

Considerando-se essas sábias palavras, percebe-se que a atual relação de mercado não vem, de fato, considerando a dinâmica ambiental. Donaire (1995), por sua vez, acredita que, em um curto espaço de tempo, a noção de mercados e recursos ilimitados revelou-se equivocada, visto que ficou evidente que o contexto de atuação das empresas tornava-se cada dia mais complexo.

A gestão ambiental vem, portanto, galgando uma importância crescente no âmbito econômico, dada a já anteriormente mencionada influência indispensável do meio ambiente para as práticas econômicas. Um dos motivos para a mudança no modo de pensar foi o despertar de uma consciência ecológica, na sociedade, no governo e nas próprias empresas, que passaram a incorporar essa orientação em suas estratégias.

O meio ambiente, ao deixar de ser encarado como uma fonte inesgotável de recursos, vem sendo, agora, relacionado à própria qualidade de vida, integrando os direitos fundamentais do homem, de forma que cresce nas organizações empresariais a preocupação em se atingir um desempenho ambiental efetivo e eficiente. As pressões de ordem econômica vêm tentando, então, adequar-se à legislação ambiental que, por sua vez, torna-se cada vez mais exigente em virtude da busca de um indispensável e premente desenvolvimento sustentável - que possibilite a oferta contínua de produtos e serviços oferecidos aos consumidores mas cuja produção, ao mesmo tempo, utilizem cada vez menos recursos ambientais não-renováveis. A formulação desse chamado “desenvolvimento sustentável”, que se configura em mais um dos frutos da maior conscientização ambiental, pode ser encarado como a busca simultânea de eficiência econômica, justiça social e harmonia ecológica (Donaire, 1995).

Pode-se afirmar que as preocupações relativas às questões de proteção ambiental vêm surtindo efeitos e abrindo caminho rumo a uma abordagem holística da mudança organizacional, mudando o comportamento das empresas e promovendo um novo modelo de comportamento no âmbito mundial, contudo, as mudanças precisam ser mais efetivas e emergenciais tendo em vista o grau de devastação avançado já facilmente verificável no meio ambiente global.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS: A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO ALTERNATIVA PARA APLACAR O PARADOXO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO EM CONTRAPONTO À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

A emergência do lucro em contraponto à preservação ambiental configura-se num paradoxo que vem ganhando notoriedade não só no plano interno como também no âmbito internacional, galgando, por

consequente, grande expressividade nos últimos anos. Tal tendência se dá em consonância com a tendência global preservacionista, reflexo de expressivos movimentos, políticas, convenções e conferências desenvolvidas neste âmbito.

Assim, países têm se reunido em busca de medidas que venham a conter o processo tendencialmente evolutivo da devastação ambiental valendo-se, para tal, da cooperação internacional diante do estabelecimento de normatizações em âmbito global que venham a parametrizar as atividades econômicas dos países focalizando assim o meio ambiente como peça integrante neste processo, mas que, tendo em vista os rumos evolutivos das ações econômicas, passa a ser foco de responsabilidades e de maior comprometimento das nações tendo em vista as perspectivas futuras de rarefação dos recursos ambientais como consequência do acelerado processo atual de massificação da exploração ambiental.

Assim, em 1949, segundo CAPRILES, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais reuniu, pela primeira vez, cientistas de variadas nacionalidades para analisarem a gestão dos recursos naturais. Outro antecedente de grande importância foi o Ano Geofísico Internacional, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre 1957 e 1958, que contou com a participação de outros setores do complexo da Organização das Nações Unidas (ONU), que promoveu um sistema mundial de observação da atmosfera superior, coordenando estudo de zonas remotas, como a Antártica. O Programa Biológico Internacional, desdobramento do Ano Geofísico Internacional, centrou as suas atividades durante um decênio (1964-1974) estudando a produtividade biológica e o bem estar humano.

Já nos anos 60, o generalizado processo de descolonização, também de acordo com CAPRILES, determinou o ingresso de um considerável número de países recentemente emancipados, principalmente africanos, no cenário político internacional. Como consequência em 1964 foi realizado o primeiro grande fórum de debates, tendo como tema fundamental as relações entre comércio e industrialização: a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. A partir desta conferência a multiplicação das vozes fez sentir que a preocupação ambiental estava disseminada em todo o Planeta, inclusive nos países considerados em desenvolvimento.

Neste foco os movimentos ambientais internacionais passaram a propor formas alternativas de organização social e de comportamento em relação à natureza. Questões como a degradação dos oceanos, rios e mares, a contaminação industrial, a gestão de dejetos, o desenfreado processo de êxodo rural, as mudanças climatológicas e o desenvolvimento nuclear como consequências do crescente e desenfreado processo de desenvolvimento econômico, já não podiam mais ser ignorados. Eram mazelas as quais abrangiam todos os países. A dicotomia entre crescimento econômico e preservação ambiental, assim, vinha à tona e se tornaria, desde então, um constante e emblemático paradoxo a ser enfrentando pelas nações.

Em conformidade a este cenário, debates acerca da temática ambiental paulatinamente ganharam notoriedade internacional. A correlação entre o grau de contaminação ambiental e a natureza do sistema sócio-econômico vigente nos países passou a ser central, incitando assim medidas disciplinares a serem destinadas aos países a fim de que assim pudesse se constituir em políticas fomentadoras do controle ambiental.

Neste sentido, dentre tantas outras ações internacionais em torno das questões ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972, a ECO-92, o Protocolo de Kyoto em 1997 e a Conferência Rio+10 em 2002, foram ações diplomáticas as quais atingiram grande expressividade no âmbito internacional, merecendo realce tendo em vista que se concretizaram em ações afirmativas em torno da nova era global da “ecodiplomacia”.

Segundo DEMÉTRIO MAGNOLI (2001), a primeira etapa da “ecodiplomacia” transcorreu sob o signo das idéias do Clube de Roma, organização internacional cuja missão é agir como catalisador de mudanças globais, livres de quaisquer interesses políticos, econômicos ou ideológicos, se pautando, pois, no ideal da interdependência das nações para a resolução de problemas, no pensamento holístico em torno de problemáticas de longo prazo e numa perspectiva multidisciplinar mediante a análise de soluções para as

futuras gerações, detendo, portanto, um arcabouço teórico de pensamento residente na idéia de que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica. Neste sentido o Clube passou a visualizar conclusões as quais apontavam o horizonte do colapso do sistema. Assim, suas propostas passaram a se direcionar no intuito de organizar ações internacionais em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. Neste sentido severas medidas de controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa “economia de serviços”, eram as recomendações centrais para os países diante da nova escola de pensamento ecológico.

Seguindo a linha da “ecodiplomacia” inaugurada pelo Clube de Roma, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, ocorreu sob a égide das mesmas concepções e resultou na criação da Declaração de Estocolmo, um compêndio com mais de vinte princípios os quais apregoam ditames concernentes a cuidados relativos ao ambiente e aos seres humanos os quais devem ser respeitados, se configurando, assim, no resultado mais significativo da Conferência da ONU sobre o “Ambiente Humano”.

A tendência global à “ecodiplomacia”, ainda segundo DEMÉTRIO, também teve como ponto alto a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1992, ficando conhecida como ECO-92. Esta Conferência vinculou meio ambiente e desenvolvimento, politizando definitivamente o debate. “Dela emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável, expressão de estratégias econômicas destinadas a promover o crescimento da riqueza e a melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais.” Contudo, a ECO-92 rejeitou a noção de que a defesa do meio ambiente pudesse conduzir à imposição de limites para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Assim, os tratados que emergiram da Conferência identificaram nos padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos as principais fontes de poluição ambiental.

No que concerne à temática do aquecimento global, a Conferência, seguindo esta linha, através da Convenção do Clima, definiu metas de emissões de gases à atmosfera para os países desenvolvidos, mas não para os países em desenvolvimento, o que gerou controvérsias, culminando com a não aceitação de tais metas por muitos países desenvolvidos, exponencialmente os Estados Unidos, segundo dados do sítio Ambiente Brasil.

Mas, além da Convenção do Clima houve ainda outra relativa à Biodiversidade e, mais que isso, deu-se a criação de documentos com objetivos mais abrangentes e de natureza política como, por exemplo, a Agenda 21, um acordo que reuniu um abrangente plano de ação com vistas à sistematização de um programa de ações a ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organismos internacionais e grupos setoriais independentes em cada área onde a atividade humana afeta o meio ambiente, focando no endosso do conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, combinando as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica.

Ainda seguindo a linha da “ecodiplomacia”, o Protocolo de Kyoto, firmado em dezembro de 1997 e anexado à Convenção do Clima, como assevera MAGNOLI, também configurou-se como outra ação internacional atinente ao paradoxo do crescimento econômico em contraponto à preservação ambiental. Na ocasião, fixou-se o compromisso compulsório de redução de 5% nos níveis de emissão de gases poluentes na atmosfera em relação ao ano de 1990, a ser atingida entre 2008 e 2012. “Também criou-se um sistema de comércio de créditos de emissões entre os países, de modo a conferir flexibilidade ao tratado e reduzir os custos do ajuste das economias nacionais”.

Em conformidade a tais movimentos, e em menção aos 10 anos posteriores da Eco-92, as Nações Unidas novamente patrocinaram, em agosto de 2002, uma reunião global em Johannesburgo, África do Sul, denominada de Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável - Rio 92 , ou simplesmente batizada de Rio+10. Esta

cúpula veio a reiterar princípios já normatizados pelo Protocolo de Kyoto e, principalmente, evidenciar princípios de sustentabilidade econômica a serem viabilizados pelos países.

Apesar dos esforços internacionais as metas preservacionistas são audaciosas. Isso é perceptível no contexto do Protocolo de Kyoto, pois muito embora conte com um grande número de países signatários, poucos são os que efetivamente virão de fato a cumprir tais metas.

Esse quadro deflagra a controvertida ação internacional em torno das questões ambientais. As nações centralizam esforços para a consecução de medidas voltadas para a preservação ambiental, porém, seus esforços resumem-se em ações alternativas ou de pouca relevância mediante a problemática voraz do aquecimento global e mesmo do estágio geral atual de degradação do meio ambiente global, ou seja, os países detêm o intuito de corroborar com as políticas de cunho preservacionistas, porém a colaboração e a cooperação internacional se restringem ao não comprometimento de suas economias nacionais.

Assim, o mundo adentra o século XXI com um grande desafio a ser superado. O crescimento econômico e a preservação ambiental são máximas que se contrapõe e que ao mesmo tempo se integram tendo em vista que não existe crescimento econômico desvinculado dos recursos naturais, nem tão pouco pode haver preservação ambiental sem o devido controle do crescimento econômico.

Diante de tal dicotomia, cabe às nações buscar a concretização de ações ambientais convergentes e de fato eficientes, focalizar o desenvolvimento sustentável, viabilizar o incremento de fontes de energia alternativas e, principalmente, repensar os padrões de consumo atuais, pois, caso contrário, à humanidade só restará um futuro incerto, indicador de uma crescente e insustentável degradação ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mais sérios problemas globais de meio ambiente os quais confrontam as sociedades atuais provém de uma ordem econômica mundial caracterizada pela produção e consumo crescentes, o que desencadeia o esgotamento e a contaminação dos recursos naturais.

Nos últimos tempos, a sociedade capitalista tem poluído a natureza dado o consumo exagerado de produtos industrializados e tóxicos. O lucro é indubitavelmente o objetivo maior do modo de produção capitalista, e está ligado diretamente ao consumo sem limites que traz o desperdício e a grande produção de resíduos. Por sua vez a manutenção da produção requer o uso cada vez mais abundante de recursos naturais e energéticos, assim, a aceleração crescente do ritmo produtivo é responsável pela crise ambiental e pela grande quantidade de lixo gerado em consequência da produção e do consumo exacerbado.

Diante deste cenário, nota-se que não se pode desvincular a sociedade e a natureza, e é neste sentido que o consumo e a produção global devem se adequar à capacidade de renovação do meio ambiente, ou seja, às sociedades cabe limitar a sua marcha consumerista em respeito aos limites naturais próprios do meio ambiente. Além disso, os debates internacionais acerca da problemática se configuram em ações cruciais na busca de soluções em torno das questões concernentes a preservação ambiental, conjuntamente com o delinear de uma consciência ecológica tanto individual quanto coletiva no âmbito de se promover a conscientização de todos no sentido de que são as pequenas ações de âmbito local como o uso doméstico racional da água e o encadeamento seletivo de resíduos que garantirão sustentabilidade às ações de maior abrangência como a redução do uso de combustíveis fósseis em alternativa a investimentos em fontes renováveis de energia e em ações como reciclagem e reutilização, possibilitando assim um desenvolvimento sustentável, a fim de garantir a realização dos ciclos necessários à existência de uma humanidade social e ambientalmente equilibrada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ambiente. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92** Disponível em: www.ambientebrasil.com.br Acesso em 17 ago de 2007

BROWN, L. **Eco-Economy**. EPI-Earth Policy Institute / UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, 2002.

CAPRILES, René. **Meio Século de Lutas: Uma Visão Histórica da Água**. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br Acesso em 17 ago de 2007

DANSA, C. ; MOURÃO, L. - **A Educação/ Gestão Ambiental Urbana**. mimeo. Brasília.1998

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas 1995

MAGNOLI, Demétrio. **O Protocolo de Kyoto e a terceira etapa da “ecodiplomacia”**. Disponível em: www.revistapangea.com.br Acesso em 19 ago de 2007

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (editores). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

ROSSETI, Jose Paschoal. **Introdução à Economia**. 20 Ed. São Paulo, Atlas, 1991.

WILLIAM, J.Baumol ; SUE, Anne Blackman. **Natural Resources**. Acesso 10 julho 1007 Disponível em: www.ecolib.org/library/Enc/NaturalResources.html

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.